

Economia para jovens

Vamos entender o que está acontecendo.



Economia, desenvolvimento e meio ambiente

Dois conceitos utilizados nos escritos sobre economia costumam gerar confusão. Em muitos manuais, as palavras desenvolvimento e crescimento foram (e ainda são) muitas vezes empregadas como sinônimos. Se, para alguns autores, isto é aceitável, para outros é um verdadeiro absurdo, podendo tal confusão gerar consequências sérias para a sociedade. Verifica-se, hoje em dia, ampla predominância entre os teóricos do desenvolvimento daqueles que se posicionam a favor de uma clara diferenciação entre as duas expressões. Essa posição foi reforçada pela existência de diversos países que atravessaram períodos de elevadas taxas de crescimento sem que suas respectivas populações – ou pelo menos a maior parte delas – tivessem a oportunidade de se beneficiar dos frutos desse crescimento. Os países árabes nos anos que se seguiram às crises do petróleo de 1973 e 1979 e o Brasil da época do chamado “milagre econômico” são bons exemplos disso.

Constata-se, examinando as análises de autores renomados que se ocuparam do tema, que a diferença fundamental apontada por eles é que o crescimento corresponde a uma variação única e exclusivamente quantitativa dos indicadores econômicos. Já o desenvolvimento implica, além dessa, em variações de ordem qualitativa, com a decorrente melhora do nível de vida da população e um aumento contínuo do grau de participação do indivíduo na sociedade.

Crescimento econômico	-	aspecto quantitativo
Desenvolvimento	-	aspecto quantitativo + aspecto qualitativo

No limite, pode-se até dizer que não há um conceito de desenvolvimento “econômico” e sim um conceito mais amplo de desenvolvimento, definido a partir de um conjunto de transformações, tanto no plano político, como no econômico e no social. Nesse contexto, para que haja desenvolvimento, duas condições devem, necessariamente, ser atendidas: 1ª. O crescimento da

renda per capita em condições satisfatórias de atividade e ocupação; 2^a. A distribuição dos frutos desse crescimento entre os diversos segmentos da sociedade.

Fica evidente, portanto, que o desenvolvimento só será obtido quando, além da melhoria dos indicadores econômicos, houver distribuição de renda mais equitativa e maior grau de participação dos indivíduos no debate e nas decisões políticas que dizem respeito a assuntos de interesse de toda a sociedade e não apenas de uma minoria que representa a classe econômica e/ou politicamente dominante.

Vez por outra surge algum adjetivo novo acompanhando a expressão desenvolvimento. Uma das mais recentes foi “desenvolvimento sustentável”, que enfatiza a questão da preservação do meio-ambiente. Trata-se, para muitos, de uma redundância, uma vez que a inexistência de preocupação com o meio ambiente indica por si só que não está ocorrendo desenvolvimento, pois não está havendo melhora das condições de vida das pessoas.

A recente aprovação do marco regulatório do saneamento pelo Senado trouxe novamente o tema para as manchetes e significou importante conquista para a parcela do governo que acredita que para o Brasil as questões urbanas merecem mais atenção do que as queimadas na Amazônia. Quase 100 milhões de brasileiros não têm acesso à coleta de esgoto apesar do direito estar assegurado pela Constituição. O caso torna-se mais dramático em meio à pandemia que infecta milhões, e mata milhares, especialmente os mais pobres. Como se sabe, uma das formas de evitar a doença é a higiene pessoal. Como consegui-la, porém, sem acesso à água tratada?

A questão ambiental tem preocupado sucessivos governos brasileiros, acusados de não adotarem posturas rígidas visando a sua preservação. Essas acusações têm se acentuado ultimamente, em razão da queimada de extensas áreas de florestas na Amazônia, originando pressões por parte de países estrangeiros, que chegam até a ameaçar suspender investimentos no Brasil e interromper a importação de nossos produtos agropecuários.

A polêmica em torno da questão ambiental é acirrada e envolve posições radicalmente opostas. No livro Planeta azul em algemas verdes, que tem por subtítulo o que está correndo perigo: o clima ou a liberdade?, Vaclav Klaus, ex-presidente da República Tcheca e um dos mais importantes estadistas do final do século XX/início do século XXI, defende uma visão totalmente liberal para o meio ambiente, criticando o extremismo de ONGs e ativistas que, em sua opinião, espalham uma visão alarmista pelo planeta.

Há, evidentemente, profundos interesses econômicos em jogo, visto que muitas pressões e ameaças ao Brasil são feitas por governos de países que há muito destruíram suas reservas florestais e agora cobram dos governantes brasileiros um cuidado que jamais demonstraram quando buscavam o maior crescimento econômico possível, pré-requisito para que alcançassem os níveis de desenvolvimento que hoje possuem e que garantem elevado padrão de bem-estar a suas populações.

Tal polarização é profundamente indesejável. Se, por um lado, é inegável a existência de certo exagero por parte de determinados ativistas, justificando, em parte, os argumentos de Vaclav Klaus, por outro, é indispensável maior equilíbrio e uma visão mais abrangente do governo brasileiro, olhando, simultaneamente, para as questões urbanas e para a preservação da Amazônia. Se isso não for feito, há o risco de que as atuais pressões e ameaças se transformem em ações concretas que poderão acarretar sérios prejuízos aos interesses do País.